Educomunicação, participação popular e democracia: a experiência do Parlamento Jovem Brasileiro da Câmara dos Deputados

Isabela Braga[26]

Palavras-chave: Democracia; Participação política; Protagonismo juvenil; Educomunicação.

1 Introdução

A Câmara dos Deputados é responsável por realizar uma série de iniciativas de educação para democracia que visam estimular a participação popular, contribuir para a formação cidadã e aproximar a população do Parlamento. Entre elas está o Parlamento Jovem Brasileiro (PJB), que se apresenta como uma oportunidade para estudantes do ensino médio simularem uma jornada parlamentar em Brasília. Durante esse processo, a instituição se propõe a incentivar a cidadania dos estudantes, sendo este um princípio do campo da educomunicação, área que atua na interface da educação e da comunicação. Dito isso, o objetivo central do referido trabalho foi verificar se o PJB se constitui como um projeto educomunicativo.

26 Câmara dos Deputados.

2 Tema e problema de pesquisa

Na contemporaneidade, um problema que aflige diversos países ao redor do mundo é a crise das democracias representativas (KIERECZ, 2016). Esse regime político se consolidou com a promessa de valorização do interesse social e da participação popular, entretanto, o que se observa é o crescente descontentamento da população com a classe governante e o constante alargamento de crises políticas, que afetam até mesmo as nações consideradas mais estáveis. Essa insatisfação coletiva, catalisada pelo distanciamento aos processos governamentais e pela ascensão de movimentos extremistas, acaba por gerar constantes questionamentos e ataques quanto à legitimidade das instituições públicas.

Partindo da necessidade de corrigir esse distanciamento com a população e possibilitar ações mais democráticas, o Parlamento brasileiro instituiu diversos espaços de participação popular. Para Maria Raquel Mesquita Melo (2008), entre seus objetivos também está o de melhorar a imagem do Poder Legislativo, dar credibilidade aos trabalhos políticos, estimular a participação por meio de canais institucionais e contribuir para a formação política dos cidadãos, contemplando o princípio da educação para democracia.

Entre os programas criados, está o Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) da Câmara dos Deputados. Assim como é contemplado no primeiro capítulo da monografia, esse se apresenta como a oportunidade de estudantes de todo o Brasil irem ao Congresso Nacional para simular uma jornada parlamentar. Desde o processo seletivo, novos conhecimentos são adquiridos de forma espontânea por meio das pesquisas do próprio estudante para a elaboração de um projeto de lei. Para essa escrita é necessário o aprofundamento em dados referentes à temática trabalhada e aos mecanismos legislativos. Já em Brasília, quando a simulação realmente começa, os estudantes vivenciam não somente

os trabalhos de um deputado na prática, mas também se abrem para novas experiências de participação cidadã.

Contudo, uma importante questão que surge durante a investigação é quanto à competência de um parlamento em educar. Conforme respondido no capítulo 2, toda essa discussão se articula com o campo da educomunicação, que habilita as Casas Legislativas em seu propósito educativo e informacional. Reunindo o conhecimento de duas grandes áreas das ciências humanas, a educação e a comunicação, este se apresenta como uma possibilidade para novas formas de aprendizagem na sociedade da informação do século XXI, constituindo-se a partir de um novo olhar sobre o processo educativo, o uso dos meios de comunicação e a apropriação de linguagens para a expressão dos alunos como indivíduos autônomos, capazes de exprimirem suas ideias e opiniões.

Quando pensado no contexto do Parlamento federal, todo esse processo busca incluir o povo nas discussões políticas que afetam diretamente seu cotidiano, prezando pelo exercício da cidadania como elemento fundamental para a manutenção da democracia. Partindo do entendimento de que características condizentes à educomunicação podem se manifestar nas iniciativas institucionais da Câmara dos Deputados, a qual se propõe a aplicá-las, indagou-se na pesquisa a caracterização do PJB como um projeto educomunicativo. Por essa razão, foi adotado como objetivo geral de pesquisa a seguinte pergunta: se e como o Parlamento Jovem Brasileiro se constitui como um projeto de educomunicação?

3 Metodologia

Para responder a questão que permeia o objetivo geral desta pesquisa, foram definidos três objetivos específicos: 1) desenvolver uma base argumentativa como referencial teórico; 2) descrever os espaços

de participação presentes no PJB; e 3) analisar as experiências de participação dos egressos da simulação.

É importante pontuar que, devido ao caráter de atualidade, a monografia se preocupou em apresentar a ótica da edição mais recente realizada, o PJB 2020, que também se destaca por seu caráter de exceção, visto que foi realizada virtualmente devido à pandemia de covid-19. Contudo, jamais é abandonada a condição comparativa em relação às edições anteriores, fundamental para a avaliação do objeto trabalhado.

4 Resultados

Acerca da base argumentativa do trabalho, primeiro objetivo de pesquisa, utilizou-se como referencial teórico um conjunto multifacetado de especialistas de diversas áreas de pesquisa. Foi traçada uma linha de raciocínio acerca da problemática inicial da pesquisa (a crise das democracias representativas), a participação popular, o protagonismo juvenil na contemporaneidade, os programas pedagógicos da Câmara dos Deputados e a educomunicação. Uma das autoras abordadas é a socióloga Maria Victoria Benevides (1994), que entende que a educação política do povo é tida "como elemento indispensável – tornando-se causa e consequência – da democracia e da cidadania".

A partir desse princípio, observa-se que o PJB também pode ser considerado como espaço de participação, pois, como citado anteriormente, "a participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder. Quando se promove a participação deve-se aceitar o fato de que ela transformará as pessoas, antes passivas e conformistas, em pessoas ativas e críticas" (BORDENAVE, 1994).

Assim como o conceito de educomunicação trabalhado se alinha aos estudos do professor Ismar de Oliveira Soares, um dos principais nomes do país em relação à temática, que conceitua o campo como:

> O conjunto de ações voltadas ao planejamento e implementação de práticas destinadas a criar e desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços educativos, garantindo, desta forma, crescentes possibilidades de expressão a todos os membros das comunidades educativas. (SOARES, 2011, p. 22)

Em relação ao segundo objetivo, foram analisados outros espaços em que a educomunicação se faz presente, desde a proposta de formação dos coordenadores estaduais em Brasília até ferramentas disponíveis para a população em geral, como o site do PJB no Portal Câmara, o PJB Participe e as redes sociais do projeto. Todas essas plataformas se propõem a manter um diálogo com o público, compartilhar conceitos sobre o processo legislativo e a educação para a democracia, além de prezar por valores próprios da comunicação pública, como o direito à informação e transparência.

Acerca das entrevistas, terceira e última etapa de análise da monografia, compreendeu-se que a maioria dos participantes, ao entrar na simulação, conhecia muito pouco sobre o processo legislativo ou até mesmo a política. Entretanto, todos os entrevistados avaliaram a experiência como positiva e trouxeram diversos exemplos de como essa oportunidade impactou a vida deles posteriormente, afirmando que aprenderam bastante e modificaram a visão que possuíam acerca dessas temáticas.

O que mais citaram foi o interesse em pesquisar mais sobre o assunto, o que se alinha ao conceito de cidadania ativa (BENEVIDES, 1994), referencial abordado no trabalho, no qual o cidadão migra de uma perspectiva passiva de mero portador de direitos e deveres

para o empoderamento de novas formas de intervenção social. Esse aspecto demonstra a capacidade de formação contínua e autônoma incentivada pelo Parlamento Jovem Brasileiro, no qual seus egressos continuam se aperfeiçoando e acompanhando os acontecimentos da esfera pública com mais proximidade após a experiência no programa. Inclusive, os egressos de edições antigas do projeto afirmam que os ensinamentos iniciais adquiridos no projeto se manifestam a longo prazo e continuam influenciando ações mais cidadãs em seus cotidianos.

Ainda sobre a análise das respostas, um ponto de grande relevância foram os conhecimentos obtidos para além do processo legislativo, proposta principal ofertada pelo programa. A questão que mais apareceu nas respostas foi o contato com a diversidade cultural do projeto. O processo conjunto de aprendizagem aproxima estudantes de realidades tão distintas no Brasil, que permite que os simulantes percebam a relevância e a riqueza que existe de Norte a Sul do país e também possibilita que aprendam a dialogar com grupos tão diversos, assim como proposto pela política. Essa discussão também possui total relação com cidadania, que "se efetiva na medida em que o processo educativo se amplia e se redimensiona, o que também ativa nos alunos comportamentos ou atitudes reflexivas críticas sobre os acontecimentos que os cercam" (MORIGI, 2014).

Também foi observada a comunicação presente dentro do projeto, verificando se havia possibilidade de os alunos se expressarem e proporem sugestões, caso necessário. Destaca-se que não é defendido na monografia uma visão instrumental dos meios de comunicação, pois entende-se que "o que importa não é a ferramenta disponibilizada, mas o tipo de mediação que elas podem favorecer para ampliar os diálogos sociais e educativos" (SOARES, 2011). O resultado foi positivo, os entrevistados afirmaram que a equipe da Câmara se mostrou

disposta a atender as demandas provenientes dos simulantes e alguns também destacaram o papel dos coordenadores estaduais, mesmo sem citar algum mecanismo específico.

Esse espaço de diálogo foi fundamental principalmente na edição 2020, última simulação a ser realizada e que sofreu diversas modificações devido à pandemia de covid-19. Os estudantes que participaram da edição demonstraram desapontamento com o fato de a viagem a Brasília ter sido cancelada, mas concordaram com as justificativas. Além disso, apontaram satisfação com as decisões tomadas pela equipe da Câmara para adaptação do formato virtual e chegaram a reconhecer que era uma situação inesperada para todos, até mesmo para os profissionais envolvidos, então a comunicação foi essencial nesse processo.

Concomitantemente, estabelecendo uma relação entre a pedagogia e o PJB e seguindo as considerações feitas por Soares (2011) sobre a educomunicação nos distintos âmbitos da prática educativa, podemos entender o PJB no:

> Âmbito transdisciplinar, propondo que os educandos se apoderem das linguagens midiáticas, ao fazer uso coletivo e solidário dos recursos da comunicação tanto para aprofundar seus conhecimentos quanto para desenhar estratégias de transformação das condições de vida à sua volta, mediante projetos educomunicativos legitimados por criatividade e coerência epistemológica. (SOARES, 2011, p. 19)

Frente aos argumentos apresentados, seguem as considerações finais do trabalho.

5 Considerações finais

Diante dos resultados obtidos, verificou-se que o Parlamento Jovem Brasileiro é um projeto de educomunicação. Contudo, é necessário um

olhar crítico, e aqui se destaca que o programa não pode ser pensado como um amplo plano de formação, visto que para isto se faz necessário um modelo de implementação universal, no qual, sistematicamente, fosse ofertada a toda população brasileira a oportunidade de participação. Entretanto, o PJB pode ser compreendido como uma proposta sólida de educação política, oferecendo um eficaz modelo de formação crítica e fomento à cidadania, estruturado sob princípios educomunicativos. Por isso, deixamos como sugestão a necessidade de ampliação dessa modalidade, em alinhamento com o Ministério da Educação para promoção da educação cidadã no país. Assim como sugere Soares (2011), é importante esclarecer que a educomunicação não pode ser entendida somente como uma "experiência alternativa", e sim deve começar a ser pautada e firmada nacionalmente como uma política pública educacional.

Por fim, conclui-se que a experiência do Parlamento Jovem Brasileiro da Câmara dos Deputados manifesta seu propósito educomunicativo, o que contribui ativamente para a ampliação dos estudos na área. O destaque do projeto se encontra na sua proposta de formação cidadã e no incentivo à participação popular, valores estes fundamentais para a manutenção e o fortalecimento da democracia.

Referências

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 33, p. 5-16, 1994.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

KIERECZ, Marlon Silvestre. A crise da democracia representativa no Brasil. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito–PPGDir./UFRGS**, v. 11, n. 2, 2016.

MELO, Maria Raquel Mesquita. Educação política para a cidadania: a contribuição da Câmara dos Deputados. Monografia apresentada para aprovação no curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo da Câmara dos Deputados, 2008.

MORIGI, Valdir José; CORRÊA, Franciele Zarpelon; GUINDANI, Joel Felipe. Mídias Escolares: a cidadania na prática da Educomunicação. **Comunicação & Educação**. São Paulo. V. 19, n. 2, jul./dez. 2014, p. 51-59, 2014.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação – o conceito, o profissional, a aplicação: Contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Editora Paulinas, 2011.